

MULHERES, RAÇA E CLASSE

ORFEU
NEGRO

ANGELA DAVIS

TRADUÇÃO DINA ANTUNES

OBRA APOIADA NO ÂMBITO DO CONCURSO DE TRADUÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS
DA FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO

FLAD FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA
PARA O DESENVOLVIMENTO

TÍTULO ORIGINAL

Women, Race & Class

AUTORA

Angela Davis

TRADUÇÃO

Dina Antunes

REVISÃO

Nuno Quintas | oficinacaixaalta.pt

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Rui Silva

PAGINAÇÃO

Rita Lynce

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas

COPYRIGHT

© 1981 Angela Davis

Todos os direitos reservados. Publicado por acordo com
Random House, afiliada de Penguin Random House LLC.

© 2023 Orfeu Negro

1.ª EDIÇÃO

Lisboa, Abril 2023

DL 513524/23

ISBN 978-989-9071-62-9

ORFEU NEGRO

Rua Silva Carvalho, n.º 152 – 2.º

1250-257 Lisboa | Portugal

www.orfeunegro.org

ÍNDICE

**1.
O LEGADO DA ESCRAVATURA:
MODELOS PARA UMA NOVA FEMINILIDADE**

11

**2.
O MOVIMENTO ANTIESCLAVAGISTA
E O NASCIMENTO DOS DIREITOS
DAS MULHERES**

45

**3.
A CLASSE E A RAÇA NOS ALVORES
DA CAMPANHA PELOS DIREITOS
DAS MULHERES**

65

**4.
O RACISMO NO MOVIMENTO
SUFragISTA FEMININO**

95

**5.
O SIGNIFICADO DA EMANCIPAÇÃO
PARA AS MULHERES NEGRAS**

115

6.
EDUCAÇÃO E LIBERTAÇÃO:
A PERSPECTIVA DAS MULHERES NEGRAS

131

7.
O SUFRÁGIO FEMININO NA VIRAGEM
DO SÉCULO: A CRESCENTE INFLUÊNCIA
DO RACISMO

145

8.
AS MULHERES NEGRAS E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

167

9.
AS MULHERES TRABALHADORAS,
AS MULHERES NEGRAS E A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO SUFRAGISTA

181

10.
MULHERES COMUNISTAS

197

11.
VIOLAÇÃO, RACISMO E O MITO
DO VIOLADOR NEGRO

225



12.
RACISMO, CONTROLO DA NATALIDADE
E DIREITOS REPRODUTIVOS

261

13.
A APROXIMAÇÃO DA OBSOLESCÊNCIA DAS TAREFAS
DOMÉSTICAS: UMA PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA

287

NOTAS

315





À minha mãe, Sallye B. Davis

Gostaria de agradecer a ajuda das seguintes pessoas:

Kendra Alexander; Stephanie Allen; Rosalyn Baxandall; Hilton Braithwaite; Alva Buxenbaum; Fania Davis; Kipp Harvey; James Jackson; Phillip McGee, reitor da Faculdade de Estudos Étnicos da Universidade Estadual de São Francisco; Sally McGee; Victoria Mercado; Charlene Mitchell; Toni Morrison; Eileen Ahearn; e o Programa de Estudos sobre as Mulheres da Universidade Estadual de São Francisco.

1.

O LEGADO DA ESCRAVATURA: MODELOS PARA UMA NOVA FEMINILIDADE

Quando, em 1918, o influente historiador Ulrich B. Phillips declarou que a escravidão no velho Sul tinha aplicado aos selvagens africanos e aos seus descendentes americanos o glorioso selo da civilização, lançou as bases para um longo e acalorado debate¹. Nas décadas posteriores, à medida que o debate foi recrudescendo, um historiador após outro declarava, confiante, ter decifrado o verdadeiro significado desta «instituição peculiar». No meio de toda esta actividade académica, porém, a situação específica da *mulher* escrava continuava incompreendida. As discussões incessantes sobre a sua «promiscuidade sexual» ou as suas propensões «matriarcais», mais do que iluminar, obscureciam a situação das negras durante a escravidão. Herbert Aptheker continua a ser um dos poucos historiadores que tentaram estabelecer bases mais realistas para a compreensão da mulher escrava².

O debate sobre a escravidão ressurgiu com renovado vigor durante a década de 1970. Eugene Genovese publicou *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*³. Também se editaram

*The Slave Community*⁴, de John Blassingame, o mal concebido *Time on the Cross*⁵, de Fogel e Engerman, e a monumental obra de Herbert Gutman *Black Family in Slavery and Freedom*⁶. Como reacção ao ressurgir deste debate, Stanley Elkins decidiu que era altura de publicar uma edição ampliada do seu estudo *Slavery*⁷, de 1959. Neste torvelinho de publicações, é evidente a ausência de um livro especificamente dedicado à questão das escravas. Quem, entre nós, aguardava com ansiedade um estudo sério sobre as negras durante o período da escravatura permanece, até ao momento, decepcionada. Tem sido de igual modo decepcionante descobrir que, com excepção das tradicionais e discutíveis questões da promiscuidade *versus* casamento e sexo forçado *versus* sexo voluntário com homens brancos, os autores destes livros pouca atenção têm dedicado às mulheres.

O mais esclarecedor de todos estes estudos recentes é a investigação de Herbert Gutman sobre a família negra. Ao fornecer provas documentais de que a vitalidade da família se mostrou mais forte do que os rigores desumanizantes da escravatura, Gutman destronou a tese do matriarcado negro popularizada em 1965 por Daniel Moynihan, e não só⁸. No entanto, dado que as suas observações sobre as escravas são geralmente elaboradas de maneira a confirmar a propensão delas para a conjugalidade, a consequência que daí se retira é que elas se diferenciavam das congéneres brancas apenas na medida em que as suas aspirações domésticas eram frustradas pelas exigências do sistema escravagista. Na opinião de Gutman, embora as regras institucionalizadas da escravatura concedessem às mulheres um alto grau de liberdade sexual antes do casamento, elas acabavam por casar e constituir famílias tanto com base nas decisões dos maridos como nas suas. Os argumentos

convincentes e bem documentados de Gutman contra a tese do matriarcado são extremamente valiosos. No entanto, o livro poderia ter sido muito mais contundente se tivesse explorado o papel multidimensional das negras no seio da família e da comunidade escrava como um todo.

No dia em que alguém conseguir, do ponto de vista histórico, acabar com os mal-entendidos sobre as experiências das negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um contributo inestimável. A necessidade de realizar um estudo com estas características não se justifica apenas por questões de rigor histórico; as lições que pode coligir sobre o período da escravatura irão lançar luz sobre a batalha actual das negras, e de todas as mulheres, para conseguirem a emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sirvam de guia para reexaminar a história das negras durante a escravatura.

Proporcionalmente, as negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as suas irmãs brancas⁹. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje nas suas vidas reproduz um padrão estabelecido nos alvares da escravatura. Enquanto escravas, estas mulheres tinham todos os outros aspectos da sua existência ofuscados pelo trabalho forçado. Assim, o ponto de partida para qualquer exploração da vida das negras na escravatura seria uma avaliação do seu papel como trabalhadoras.

O sistema escravagista definia as pessoas negras como bens móveis. Uma vez que se consideravam as mulheres, à semelhança dos homens, unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos também podiam ser desprovidas de género. Nas palavras de um académico, «a escrava era, antes de mais, uma trabalhadora a tempo inteiro para o seu proprietário e, apenas ocasionalmente, esposa, mãe e dona de casa»¹⁰.

À luz da florescente ideologia da feminilidade do século XIX, que realçava o papel das mulheres como mães protectoras e como companheiras e donas de casa amáveis para os maridos, as negras eram, para todos os efeitos, anomalias.

Embora as negras desfrutassem de alguns dos duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, às vezes presume-se que a escrava típica era uma trabalhadora doméstica: cozinheira, criada ou *mammy* das crianças na casa-grande. O Tio Tom e Sambo tiveram sempre como fiéis companheiras a Tia Jemima e a *Mammy* Negra*, que encarnam os estereótipos que aspiram a capturar a essência do papel da mulher negra durante o período da escravatura. Como quase sempre acontece, a realidade é diametralmente oposta ao mito. À semelhança da maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava no campo. Embora nos estados fronteiriços uma quantidade significativa de escravas realizasse trabalhos domésticos, as escravas do Sul profundo – o verdadeiro centro do esclavagismo – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de meados do século XIX, sete em cada oito escravos, tanto homens quanto mulheres, trabalhavam no campo¹¹.

* As figuras mencionadas são personagens de livros, filmes e canções que se tornaram parte do imaginário popular e seus estereótipos. Sambo é o nome de um dos escravos do livro *A Cabana do Tio Tom* e da personagem do livro infantil britânico *The Story of Little Black Saambo*. Na cultura popular norte-americana do século XIX, era usado como alusão, pejorativa, à figura do homem negro enquanto preguiçoso, despreocupado e malandro. Por outro lado, a Tia Jemima tem origem num espectáculo de *vaudeville* representado por brancos de caras pintadas de negro e, posteriormente, tornou-se marca de panquecas, razão por que o nome passou a estar associado à cozinheira negra. Já Mammy designava as negras que tratavam das crianças e realizavam simultaneamente algumas tarefas da casa; foi também o nome de uma personagem do livro *E Tudo o Vento Levou*, assim como do filme nele baseado. (N.T.)

Do mesmo modo que os rapazes eram enviados para os campos quando atingiam certa idade, as raparigas iam trabalhar a terra, apanhar algodão, cortar canas, colher tabaco. Jenny Proctor, uma idosa entrevistada durante a década de 1930, descrevia assim a sua iniciação ao trabalho agrícola, durante a infância, numa plantação de algodão do Alabama:

Tínhamos umas cabanas velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nem as camas eram boas, só armações de estacas pregadas à parede e colchões velhos por cima. Não se dormia muito bem, mas, para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho no campo, nem era mau. Em pequena, tomava conta das crianças e tentava fazer a limpeza como mandava a senhora da casa. Depois, mal fiz dez anos, o senhor da casa disse: «Leva-me essa preta pra aquele campo de algodão.»¹²

A experiência de Jenny Proctor era típica. O destino da maioria das jovens e das mulheres, tal como o da maioria dos jovens e dos homens, era o trabalho forçado de sol a sol nos campos. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do chicote eram mais importantes do que as questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens.

Contudo, as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e de outros maus-tratos bárbaros que só a elas podiam ser infligidos. A postura dos senhores em relação às escravas regia-se pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de género, mas, quando podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas de maneiras que só

serviam as mulheres, eram reduzidas ao seu papel exclusivamente feminino.

Quando a abolição do tráfico internacional de mão-de-obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária dos escravos foi obrigada a contar com a reprodução natural como método mais seguro de repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por essa razão, passou a valorizar-se a capacidade reprodutiva das escravas. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as negras começaram a ser cada vez mais avaliadas em função da sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada enquanto verdadeiro tesouro. Todavia, isso não significava que, enquanto mães, as negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham enquanto trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos dos proprietários, não eram realmente mães; eram meros instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Eram consideradas «reprodutoras» – animais cujo valor monetário podia calcular-se com precisão tendo por base a sua capacidade de se multiplicarem.

Uma vez que as escravas eram classificadas como «reprodutoras» e não como «mães», os filhos podiam ser vendidos e enviados para longe, quais bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de gente africana, um tribunal da Carolina do Sul decretou que as escravas não tinham nenhum direito legítimo sobre os filhos. Assim, em virtude desta disposição, as crianças podiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade porque «as crianças escravas [...] estão ao mesmo nível de outros animais»¹³.